



Preservar o excesso: LOPES, Silvina Rodrigues. *A anomalia poética.* Belo Horizonte: Chão da Feira, 2019.

Mariana Pereira Guida

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais / Brasil

marianapereiraguida@yahoo.com

<https://orcid.org/0000-0002-1482-4719>

No ensaísmo de Silvina Rodrigues Lopes é digno de nota o olhar reincidente sobre certa impropriedade da literatura (o desajuste, a estranheza, o atrito, a monstruosidade...), sempre no encaço de uma anomia arisca, que nela resiste ao tratamento teórico. Em *a anomalia poética*, conjunto de ensaios publicado pela Chão da Feira, o leitor é incitado a tatear algumas partes dessa criatura quando ela se aproxima do discurso crítico, observar os seus rastros quando ela não lhe é mais tangível e perscrutar os seus rumos a partir da memória da sua passagem. Silvina desenvolve uma reflexão que se estabelece marginalmente, vacilando, distanciando e aproximando as posições de onde se toma a literatura, o que estremece os tapumes das “Ciências Humanas” e faz ressoar algo no ponto cego de todas elas. Divididos em três capítulos (I. ficção e testemunho; II. o artifício, a técnica; III. valor), os ensaios perpassam questões relativas à história, à linguagem e ao sentido para dimensionar em que termos a literatura responde a cada qual sem se encerrar em nenhuma delas.

literatura e circunstância colocará em discussão o pressuposto da “exigência de sentido”, apontando como esta “rasura o acontecimento” e, por conseguinte, deixa de lado o elemento decisivo da circunstância, cuja “força do contínuo linguagem-mundo” “leva os outros domínios do pensamento a questionarem a sua própria estabilidade” (p. 13). Silvina pontua que sua dupla ação sobre o imaginário – “ao mesmo tempo passividade radical e esforço de libertação do fascínio em que

se dissolveria” – expõe a necessidade de distinção acurada entre a ficcionalidade e a literatura, na medida em que esta última sobrepõe sensível e inteligível sem dialetizá-los, dispondo da capacidade de se retirar dos âmbitos institucionais que tendem a aprisioná-la e garantindo sua sobrevivência pelo saber de uma “memória não-subjectiva” (p. 28). Essa anterioridade diria, portanto, de uma intimidade construída sob uma aceitação pactuada no ato da leitura e extensiva à atividade crítica, na qual a singularidade seria garantidora da potência gerada pela multiplicidade de respostas à obra.

literatura no limite da ficção detém-se sobre a relação entre literatura e ficção suscitada no ensaio anterior e aqui explorada a partir da defesa da limiaridade da literatura como elemento de distinção em relação a uma ficcionalidade geral. Retomando a interpolação de uma “tradição fundacionalista” subordinada a um “telos definido como lei de unidade da composição” (p. 41) pela razão kantiana e o espraiamento da “filosofia do ‘como se’ a outras esferas da atividade humana” (p. 45), compreende-se a emergência de uma pletera de teorias de apelo igualmente teleológico a respeito da relação do objeto artístico com o ficcional. A passagem do dois ao três encontraria seus termos na formulação do sublime kantiano, conjugando “um esforço de representação que assim se concretiza na fragmentação e na quebra de ligações e não tanto, ou não apenas, no confronto com a ideia de irrepresentável” (p. 60).

Em *da necessidade à inquietude*, por sua vez, Silvina estabelece como ponto de partida a vinculação por vezes denegada entre o humano e o terror, para desenvolver uma reflexão sobre a intimidade da literatura com a morte. Se o terror permeia a história humana que se constitui sob “a consciência de mortalidade e o desejo de encontro” (p. 62) importaria relacionar o seu “desaparecimento do horizonte político do Ocidente” (p. 62) à sedimentação de processos de violência sob a condição de estatuto tácito. Numa chave batailliana, o âmbito das criações culturais não completamente submetidas à institucionalização da cultura ainda reside a possibilidade de veiculação do terror enquanto “experiência de mortalidade” (p. 66) frente à “matriz asfixiante” e ao imperativo da identidade da economia capitalista.

estilo, gênese e exemplaridade propõe-nos acompanhar uma breve arqueologia do conceito de estilo e suas imbricações nos processos de institucionalização da arte que visam a sua assimilação pela cultura. Curiosamente, é a partir da implosão do estilo pelas vanguardas do século

XX e do “estilhaçamento dos aparelhos institucionais de conformação e circunscção da arte” (p. 83), que Silvina identifica a emergência da percepção do estilo sob o princípio de exemplaridade, “o facto de exercer um efeito, simultaneamente de reconhecimento e incitação” (p. 86). A exemplaridade, portanto, conduziria o estilo a uma condição de hibridez constitutiva, sendo ele “menos um conjunto de traços identificadores, mas, pelo contrário, (...) seu movimento de fuga à identificação” (p. 88).

Já em *literatura e hipertexto*, Silvina apresenta uma contrariedade de início: a das definições de hipertexto nos campos da informática e da literatura. Seu argumento é o de que as possibilidades de ruptura da sequencialidade suscitadas pela eletrônica “de facto não rompem com ela, pelo contrário, apenas impõem uma soma de sequências” (p. 90). Se o hipertexto eletrônico apenas reproduz a operação combinatória e replicadora da escrita, a literatura, por seu turno, conta com o “momento decisivo da leitura”: enquanto “tensão para escapar ao infinito” (p. 94) estabelece a “relação de extensão e intensidade” (p. 95). Por isso, a noção de hipertextualidade acrescenta aos estudos literários quando lhes remete a essa condição contingente e histórica, ou seja, quando permite a realização plena da leitura literária, “impossível como automatismo” (p. 104). *uma paisagem estranha* desenvolve a crítica à homogeneização da lógica eletrônica contrapondo à “simetria especular” reprodutora “da oposição entre o homem e técnica” (p. 111) ao elogio da estranheza. Tudo leva a crer, entretanto, que fundamental ao ensaio é a paisagem estranha que o compõe, um suplemento, um “anexo” que narra uma cena paródica do esboroamento da “equação arte = verdade suprema = poder” (p. 115), protagonizada pelo Professor Pasmolive, uma espécie de “duplo verbal perfeito” de Dr. Pangloss, que tem a sua monomania do “PROJECTO” abalada por um “desvio” – uma “algazarra de fantasmas: crianças, cães que correm” (p. 121) e devorada pela “brecha” que se abre no meio da terra, a violência própria do devir de vida e morte que o Professor recusava.

Em *impróprio para consumo* parte-se da premissa pela qual na obra de arte “a relação do finito ao infinito” (p. 128) mantém-se pelo compromisso constantemente renovado entre o gesto do artista e seu público para analisar os problemas que se desdobram dos esquemas de gestão política que a ela se aplicam. Da irresolução do ‘cálculo’ do poeta no mundo à recusa da subordinação às instituições pela arte do século XX culmina-se em “admiti-la como elemento da vida” (p. 135), o que

implica em “um mundo da arte isolado da vida”, “um campo autônomo (...) e assente no pressuposto de uma clivagem entre a vida identificada com a ordem biológica (...) e uma transcendência constitutiva da ordem do sentido” (p. 139). Por isso, em nome da aceitação do diálogo como garantidor da arte, Silvina propõe a admissão da recusa ao imperativo da popularização e à “tirania do *marketing*” (p. 141).

No ensaio *a arte, afirmação incomensurável*, dedicado à memória de Daniel Costa, uma análise da relação entre teoria e prática nos processos de produção e circulação da arte a partir da obra de Daniel conduz o leitor para a reflexão sobre a decisão que sustenta a relação do teórico com as obras. Frente à “dualidade endeusamento-aproveitamento” da arte contemporânea, “cabe ao pensamento abrir as portas para o exterior dessa oposição” (p. 153). A partir daí percebe-se que não é a teoria produzida num vácuo especulativo, tampouco experimentação que visa a um efeito planejado, mas sim de um encontro que se dirige ao inacabado que o pensamento surge como “desejar e guardar no coração aquilo que nos aproxima e faz pensar” (p. 157). *nascer da memória* também trata da memória na (da) obra de Daniel Costa, uma reflexão de certo modo conduzida pelo olhar do artista que percebia seu trabalho “no limite” da adesão e da ruptura com as imposições do mundo da arte. Há da parte de Silvina uma confiança no entrançamento da promessa que alimenta a expectativa e o excesso que garante o inacabamento da arte, dela desdobra-se também um pensamento “no limite” que encontra na obra de Daniel o potencial vertical do “voo que nasce da memória”: “a possibilidade de flutuar num espaço sem clivagens” em que “o fundo sustenta a forma porque é da mesma natureza que ela” (p. 163).

a anomalia poética apresenta as linhas gerais do contexto pelo qual a arte contemporânea é sustentada, grosso modo, por premissas que minam a irredutibilidade que lhe é fundamental. Do “*marketing econômico*” ao “*marketing simbólico*” (p. 165), verifica-se um niilismo que pressupõe a previsibilidade de “criadores” e “consumidores” de arte (p. 168), algo que Silvina contestará pela retomada do conceito de *poiesis* e sua íntima vinculação a uma *práxis*, um trabalho que se dá, sobretudo, na leitura. Na leitura enquanto “duelo com o indizível que só cada um pode travar” (p. 171) residem, portanto, a desmedida e o desafio da anomalia poética. *arte, política, a volta ao mar* colocará em questão a tendência autocrática dos discursos que advogam pela autonomia do sentido, aspecto que pelo menos desde Nietzsche tende a conduzir o

teor constataivo da denúncia à “ressonância inquietante” (p. 174) de um “ressentimento justificado” (p. 175). Na medida em que opera sob a lógica opositiva, a demanda por valores é refratária à mudança intrínseca ao gesto criador, de modo que pensar em uma racionalidade estética cujo critério principal de avaliação seja a exigência de coerência” em maior ou menor medida implica no reconhecimento de uma “genealogia dos valores” da qual o conceito de cânone é exemplo. Logo, à leitura do texto literário só restaria o que restou aos navegantes portugueses do século XVI lançados ao mar sob a vertigem dos ventos contrários: “entregar-se ao turbilhão dos ventos para aquilo que parecia um obstáculo fazer um aliado, arriscando corajosamente a construção de uma hipótese” (p. 187).

Ao fim do percurso, o leitor poderia supor ter em mãos a resposta para a questão suscitada no início deste texto, sobre a recorrente escolha de Silvina pela dissonância, pelo desvio, pela quebra, pela diferença. Mas se a literatura é aquele estremeamento que vem das interferências dos discursos que colocamos em obra a partir das obras, não há ensinamento ou resposta possível além da inquietação do pensamento a que elas no lançam pela leitura. A partilha da leitura mostra, mais do que demonstra, o segredo sem mistério da anomalia poética, que nos é revelado de saída no livro: “a cada obra corresponde uma potência de percepção/ expressão (...) que só pode ser um gesto sem autoridade, fragmentário, de criação do múltiplo irreduzível” (p. 7).

Data de recebimento: 4/12/2020

Data de aprovação: 9/12/2020